

VIVAS A UM PEQUENO TRABALHO

Fernando G. Tenório¹

Comentar artigo é correr riscos e esta é a presente situação solicitada pelo editor de *O&S*, na medida em que não estamos apenas comentando um artigo², mas tentando interpretar o escrito de um *Senhor da carpintaria literária como poucos, de rara competência na utilização de um acervo de recursos narrativos aparentemente inesgotável, dono de uma sensibilidade apaixonada e ao mesmo tempo satírica, João Ubaldo Ribeiro é hoje reconhecido como um dos escritores mais significativos da América Latina, (...)*.³ Portanto, não é tarefa simples, exige cuidado, ler o texto mais de uma vez, sublinhar frases, pinçar algumas delas sem preocupação de ordená-las e refletir sobre seus conteúdos com probabilidade de não ser capaz de um ajuizamento correto das pretensões do autor analisado e, o que é pior, subjetivá-lo. Estes comentários foram pinçados, notadamente, da Parte I, publicada na 37^o edição de *O&S*.

Em que pese João Ubaldo observar logo no início do seu artigo que "Este é um pequeno trabalho (...)"⁴, temos que admitir a grandeza e a contemporaneidade do seu conteúdo, não obstante o texto original ter sido divulgado em 1969 na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), onde o autor era professor de Ciência Política. Porém, os assuntos que são postos em discussão nos causam duas gratas surpresas: de um lado um dado biográfico de João Ubaldo, um acadêmico, não apenas da Academia Brasileira de Letras, mas também um cientista político; de outro, a atualidade do conteúdo apresentado e em que boa hora a *O&S* republica. Na verdade, essa revista não está republicando, pois o trabalho nunca foi publicado. Na época, foi disponibilizado, na forma mimeografada, para os alunos da EAUFBA, por meio de sua biblioteca.

Devemos alertar que várias poderão ser as leituras e/ou interpretações permitidas por este artigo de João Ubaldo, porém, dada as limitações deste presente texto, focalizaremos apenas duas dessas possibilidades: 1] a questão epistemológica da Administração, a sua posição no conjunto das ciências sociais; e 2] a relação entre política e Administração, tema palpitante no ainda coevo liberalismo econômico.

1] "A velha questão (...) sobre ser a Administração ciência ou arte, aparece, mas do que nunca, como um falso dilema. O advento das escolas de Administração, a profissionalização crescente dos executivos"⁵ poriam de lado esta contradição mesmo considerando "a existência de vocação ou talentos particulares"⁶ que poderiam justificar aqueles que "se julgam portadores de um dom 'artístico' especial"⁷ para administrar. A posição de João Ubaldo parece ser clara nesta controvérsia: a Administração é uma área de conhecimento inserida no conjunto das ciências sociais⁸ e com a particularidade de ser identificada como uma ciência social aplicada, instrumentalizada por meio de técnicas, fazendo com que o administrador oscile "entre aquilo que se chama convencionalmente um 'técnico' e o que se poderia designar pelo rótulo de 'humanista'"⁹.

¹ Professor EBAPE/FGV.

² RIBEIRO, João Ubaldo "Política e Administração". In: *Organizações & Sociedade*, Salvador: O&S, v. 13, n. 37, abr./jun./2006, p. 165-193; v. 13, n. 38, jul./set./2006, p. 171-198.

³ *Orelha do livro*

Viva o povo brasileiro
, Nova Fronteira, 1984.

⁴ Ribeiro, 2006, p.166.

⁵ *Idem*, p. 167.

⁶ *Idem*, p. 167.

⁷ *Idem*, p.167.

⁸ Apesar do "caráter vago, ou confuso, da expressão" (*Idem*, p. 168).

⁹ *Idem*, p. 168.

Por sua vez, sob esta ambivalência, ocorrem “relações sociais concretas”¹⁰ que são mediadas pelo poder, “visando à imposição de interesses de grupos ou pessoas”¹¹ e, acrescentaríamos, pelo dinheiro que, sob a forma de salário, faz a intermediação entre o capital e o trabalho, o superior e o subordinado, fato que não só hierarquiza, mas agudiza, ainda mais, as distâncias sociais. Assim, a Administração como área de conhecimento, como uma ciência social aplicada, tanto nas suas práticas do cotidiano das organizações privadas, quanto naquelas que formulam e implementam políticas públicas, são portadoras de ações políticas. O “administrador se coloca (...), não como um técnico, mas como uma categoria especial de cientista: o humanista, praticante da ciência social, interprete da realidade e agente de mudança, dentro do campo de atividades específicas”¹². Portanto, quem administra desempenha um “papel político”¹³; o que significa a Administração não poder atuar a partir de uma razão monológica, coisificadora das relações sociais, mas dialógica, emancipadora dessas relações.

2] A atualidade do texto de João Ubaldo retoma uma discussão sobre o ensino da Administração que o contemporâneo determinismo liberal econômico tem procurado descaracterizar: a despolitização não só de seu conteúdo como da pesquisa e da prática gerencial. Esta despolitização parece ter atacado de cheio as instituições de ensino que atuam com esta ciência social. Para o coetâneo ensino da Administração, salvo exceções, o saber técnico ou racional instrumental, o saber meio, objetivante, deve superar o saber fim. Tal entendimento é como se as organizações, do primeiro, segundo ou terceiro setores, não fossem constituídas de pessoas e que seus processos decisórios não tivessem implicações políticas, isto é, afetassem a sociedade, quer através do mercado ou por meio de políticas públicas. Como aponta João Ubaldo, “o problema assume proporções mais ou menos graves, face à tendência entre estudantes, professores e praticantes. A distinção, que ainda hoje conta com adeptos, entre Política e Administração, não resiste a um exame crítico rigoroso”¹⁴.

No entanto, os adeptos existem, e uns até pretendem ser doutos no assunto da distinção. É como se os fenômenos organizacionais fossem despidos de seus agentes, não fossem fenômenos sociais, mas ações apenas instrumentais e que, como já observado, prevalecesse a racionalidade técnica em detrimento dos atores – dirigentes e trabalhadores. Acresce-se a isso o fato contemporâneo do acosso moral justificado, na consciência de quem o pratica, pela melhoria da produtividade, da qualidade e até da globalização (sic). Na realidade, o processo de despolitização como desejam alguns, é a manutenção de uma reprodução social excludente, não direcionada à prática do bem-comum. “Fazer ciência social como já foi dito, é fazer política. Quando essa política não tem consciência de si mesma, quando não se define claramente no trabalho ou nas intenções do cientista social, a atividade deste é, inevitavelmente, conservadora.”¹⁵ E uma atitude conservadora é uma disposição a manter o *status quo* alheio a uma realidade social que demanda práticas dialógicas, republicanas.

Pode parecer que aqueles que não observam a Administração como uma ciência social, como uma área de conhecimento humanista que atua com e sob relações sociais determinadas, portanto políticas, o fazem por ingenuidade. João Ubaldo busca a referência de Alvaro Vieira Pinto para traçar a distinção entre consciência ingênua e consciência crítica, na medida “que as percepções da realidade social (...) devem ser entendidas como manifestações ideológicas, ou, pelo menos, como visões socialmente condicionadas”¹⁶. Significando consciência ingênua aquela que não tem conhecimento das condicionantes que determinam dada rea-

¹⁰ *Idem*, p. 176.

¹¹ *Idem*, p. 176.

¹² *Idem*, p. 172.

¹³ *Idem*, p. 172.

¹⁴ *Idem*, p. 187.

¹⁵ *Idem*, p. 191.

¹⁶ *Idem*, p. 175.

lidade, o contrário seria aquele que exerce a consciência crítica: a realidade é identificada a partir de suas condicionantes históricas. Não há, por exemplo, porque culpar o trabalhador pelo seu não potencial de trabalho. Devem ser questionadas quais foram ou são as condições que o tornaram assim; condições que podem estar associadas à dinâmica interna ou ao contexto sócio, político e econômico em que está inserida a organização.

Vale reproduzir algumas das características do comportamento de uma consciência ingênua, notadamente quando dirigentes, tecnocratas, professores, pesquisadores e estudantes: caráter sensitivo, caráter impressionista, absolutização de sua posição, irascibilidade, incapacidade de dialogar, pedantismo, moralismo, coisificação das idéias, desprezo pela liberdade, pessimismo, primarismo político, ambigüidade "e, finalmente, recusa da atribuição de ingenuidade. (...) Na realidade, (...) várias características da consciência ingênua estão contidas nas atitudes da comunidade de empiristas abstratos brasileiros, os quais, pelo menos em tese, assimilaram grande quantidade de informações acadêmicas"¹⁷. Assim, o texto de João Ubaldo serve de alerta para os que ainda exercitam uma consciência ingênua. Lendo *Política e Administração*, o leitor ingênuo poderá mudar da comunidade dos empiristas abstratos para uma outra reflexiva, crítica e preocupada com as mudanças relativas às condições históricas que ainda determinam a realidade brasileira e de suas organizações.

Dado o número de laudas exigidas, não sejamos inocentes, querendo dizer ingênuos, em acreditar na possibilidade de desenvolver comentários substanciais sobre um texto que nos remete ao passado e que está presente enquanto atualidade de reflexão. Ao passado e presente, ambigüidade dialética, porque retoma discussões já preconizadas, no Brasil e alhures, a respeito da Administração como área de conhecimento, mas que, dado o seu caráter de ciência social, de essência interdisciplinar, sem fronteiras do que é individual e social, do que é inerente às organizações e à sociedade, indica, ainda, a sua contemporaneidade como discurso acadêmico no qual *Política e Administração* são ingredientes inseparáveis. *Vivas a um pequeno trabalho* na medida em que aponta na direção de compreender o ato de administrar como um ato político, como uma prática que visa ao bem comum. Entender o ato de administrar é entender a política em ação, é entender o significado de república.

¹⁷ *Idem*, p. 175.